

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado

Atena
Editora

Ano 2020



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História e as práticas de presentificação e representação do passado [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-075-9 DOI 10.22533/at.ed.759202805</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “História e as Práticas de Presentificação e Representação do Passado” reuni 16 artigos entorno de um debate atualizado e propositivo sobre práticas e história. As pesquisas foram organizadas em 4 grupos conforme interesse da obra.

No primeiro grupo, temos três textos que discutem a presentificação e representação do passado do ponto de vista de território, trazendo um diálogo crítico e convidativo ao debate.

Para o segundo grupo, foram selecionados cinco artigos que dialogassem em torno da religião, trazendo ações históricas que permaneceram presentes nos tempos atuais. Polêmicas ou não, as pesquisas contribuem com a quebra de preconceitos e propõem novos olhares.

No terceiro conjunto, agrupei cinco pesquisas que apresentassem um debate relevante para o contexto histórico proposto por esta obra, que é a presentificação e representação do passado. As pesquisas permeiam o século XIX, XX e XXI.

Para o quarto grupo, são três artigos voltados para a discussão histórica por meio da educação. As pesquisas convidam ao olhar dialógico e levam o debate para além da leitura.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

I.

CAPÍTULO 1 1

A COMUNIDADE DE CERRO PELADO, FRONTEIRA E HISTÓRIA AGRÁRIA

[José Carlos Sampayo Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028051

CAPÍTULO 2 13

A GUERRA DE (RE)CONQUISTA SOBRE O CAMPO MEXICANO E A RESISTÊNCIA TERRITORIAL ZAPATISTA

[Rodrigo de Moraes Guerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028052

CAPÍTULO 3 22

ALDEADOS DE PIRATININGA – INDÍGENAS ADMINISTRADOS DE SÃO PAULO COLONIAL (SÉCULOS XVI - XVII)

[Antonio Martins Ramos](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028053

II.

CAPÍTULO 4 33

ANALOGIA DO SÁBADO

[Cleonaldo Pereira Cidade](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028054

CAPÍTULO 5 45

CONTRIBUIÇÕES DE KOSELLECK, RÜSEN E FREIRE PARA O PROFESSOR DE HISTÓRIA QUE ATUE NO ENSINO RELIGIOSO.

[Marcelo Noriega Pires](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028055

CAPÍTULO 6 57

O CAMPO RELIGIOSO “BRASILEIRO” NA OBRA MACHADIANA

[Valdeci Rezende Borges](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028056

CAPÍTULO 7 70

ORIXÁ E NATUREZA: O CANDOMBLÉ NA PERSPECTIVA DECOLONIAL

[Victor Hugo Basilio Nunes](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028057

CAPÍTULO 8 86

O ESPAÇO DE TERREIRO COMO ESPAÇO EDUCATIVO

[Patrícia da Silva Pereira](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028058

III.

CAPÍTULO 9 98

O “LIVRO DE ENTRADA DE IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SRA. DO ROZARIO DOS PRETOS DA FREGUESIA DA CAXOEIRA” – RS, SÉC. XIX

[Henrique Melati Pacheco](#)

DOI 10.22533/at.ed.7592028059

CAPÍTULO 10 113

NETTO ENCONTRA SUA ALMA! UM CAUDILHO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL NA HISTÓRIA E NA LITERATURA (C.1836-C.1866)

[Cesar Augusto Barcellos Guazzelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280510

CAPÍTULO 11 124

O PODER BÉLICO DAS PALAVRAS: O DISCURSO VENCEDOR DOS REPUBLICANOS LIBERAIS NA QUEDA DA MONARQUIA NO BRASIL (1870-1891)

[Daiane Lopes Elias](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280511

CAPÍTULO 12 136

PARA ALÉM DA INVENÇÃO: UMA CRÍTICA AO CONCEITO HOBBSBAWMIANO DE TRADIÇÃO

[Ivan Rodrigo Trevisan](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280512

CAPÍTULO 13 146

FUTEBOL DE BOTÃO / MESA – PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA PERCEPÇÃO DO BOTONISTA

[Ary Luiz de Oliveira Peter Filho](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280513

IV.

CAPÍTULO 14 165

PROJETO DE LEITURA E ESCRITA: FÁBULAS POTIGUARA

[Juracy Dayse Delfino Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280514

CAPÍTULO 15 174

PROTAGONISMO POLÍTICO JUVENIL E NARRATIVAS DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA PELA *BURDENING HISTORY*

[Jéssica Christina de Moura](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280515

CAPÍTULO 16 189

PERCEPÇÃO SOCIOCULTURAL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA ANÁLISE DO VESTUÁRIO DE ÉPOCA

[Lilian Patricia Soares Filocreão](#)

DOI 10.22533/at.ed.75920280516

SOBRE O ORGANIZADOR..... 201

ÍNDICE REMISSIVO 202

PERCEPÇÃO SOCIOCULTURAL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA ANÁLISE DO VESTUÁRIO DE ÉPOCA

Data de aceite: 12/05/2020

Lilian Patricia Soares Filocreão

Mestranda em Ensino de História (ProfHistoria) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Docente de História pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). E-mail: liliansfilocreao@gmail.com. Bolsista Capes.

RESUMO: A presente análise tem como objetivo refletir sobre a possibilidade em aplicar o vestuário como recurso didático em sala de aula, no Ensino Médio, articulando o conhecimento histórico construído nas escolas com a recente produção historiográfica acadêmica. Busca compreender as relações sociais, culturais, econômicas e políticas, ocorridas no Brasil, durante meados do século XIX, bem como as práticas individuais e coletivas do período, a fim de contribuir para a construção e ampliação dos saberes históricos entre os discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Vestuário; Ensino; Sociedade.

ABSTRACT: The presente essay has as goal to think about the possibility of the use of

clothing as a didactic resource in high School classes while linking the historical knowledge constructed in School with the recent historiographic production of the Academy. It seeks to understand social, cultural, economic and political relations that were current in Brazil during the mid-nineteenth century, as well as the individual and collective practices of the period in order to contribute for the construction and amplification of historical knowledge among students.

KEYWORDS: Clothing; Teaching; Society.

INTRODUÇÃO

A teoria da história produzida na academia e o saber histórico escolar são áreas que devem buscar um diálogo, visto que ambas são produtoras de conhecimento histórico. O docente deve levar os discentes à compreensão das ações e relações entre os indivíduos em determinadas sociedades, e a coexistência de rupturas e continuidades no passado.

O uso do vestuário como fonte de pesquisa provê aos discentes uma ferramenta pedagógica na elaboração da noção de temporalidade histórica, e possibilita a compreensão da sociedade hierarquizada e

escravista do Brasil em meados do século XIX, em seus diferentes estratos sociais, e como o vestir denotava os valores individuais e coletivos da época.

A respeito do estudo do vestuário, faz-se necessário esclarecer alguns termos. Por Moda entendemos como algo que não se restringe às roupas; mas sim à visão de mundo e a postura; indumentária, por sua vez, é um elemento da cultura material de uma sociedade em determinada época, que transita entre as memórias individuais e coletivas e se constitui no movimento histórico.

O termo utilizado na análise, vestuário, se justifica no sentido de não remontar apenas às vestes, mas a um objeto que amplia as particularidades sociais, e se mostra mais didático na compreensão do conhecimento histórico pelos discentes.

Abordaremos autores que refletem sobre o vestuário como fonte histórica: Barthes (2005); Daniela Calanca (2008) e Diana Crane (2013); sobre o vestuário das camadas sociais brasileiras em meados do século XIX, através das contribuições de Maria do Carmo Rainho (2002); Joana Monteleone (2019); Patricia March de Souza (2011); Ana Carolina de Santana Custódio (2015) e o uso de imagens na área de história, através dos artigos de Paulo Knauss (2008) e Ulpiano T. Bezerra de Menezes (1994).

Estudar o vestuário e sua relação com a história proporciona um olhar sobre o passado, e nos possibilita a compreensão das relações humanas sob os aspectos políticos, econômicos e culturais, além disso, se constitui em um dos variados elementos da cultura material, cujo simbolismo de sua criação e uso abrange as singularidades sociais em diferentes épocas¹.

O VESTUÁRIO COMO FONTE HISTÓRICA

A historiadora Maria Cristina Volpi, define o vestuário como um conjunto formado pelas peças que compõem o traje e por acessórios que servem para fixá-lo ou complementá-lo.

O vestuário faz parte das sociedades humanas, é um fato antropológico da cultura material, e possui um duplo sentido: simbólico, situando-se ao lado da linguagem e da arte; e instrumental, como um objeto que o homem utiliza interferindo no ambiente natural.²

A partir do século XIX surgem várias obras a respeito do estudo do vestuário, entretanto estas se apresentavam mais como coletâneas, do que como obras de estudos críticos, como avalia Paulo Debom, sendo os três mais marcantes de Jules-Étienne Quicherat, *Histoire du costume en France depuis les temps les plus reculés jusqu'à la fin du XVIII siècle* (1886); de Albert Racinet, *The historical encyclopedia of costumes* (1888);

1. Os objetos materiais servem como vetores das relações sociais, não apenas produtos, além de atuarem como elementos de produção e reprodução social, ver Ulpiano T. Bezerra de Menezes. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.2, n.º.2, jan/dez1994, pp.9-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 06/10/2019. p.12.

2. VOLPI, Maria Cristina. *Estilo urbano: modos de vestir na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018. p.21.

e de Carl Khöler, *A history of costume*, escrito entre 1860 e 1870, e publicado em 1920³.

As contribuições do escritor, sociólogo, filósofo Roland Barthes, no campo de pesquisa do vestuário no século XX, são bastante significativas, pois trata este como um objeto de estudo que não deve ser banalizado e, além disso, o relaciona a diferentes campos de conhecimento como a Sociologia, a Semiologia, a História, entre outros.

Barthes assinala que a moda forja o sujeito através da construção de uma marca identitária, que o relaciona com todos àqueles que o cercam, ou seja, a roupa produz significados sendo também um texto.

A respeito de como utilizar tal objeto como uma fonte de pesquisa, Barthes nos propõe as seguintes sugestões:

(...) o historiador e o sociólogo não tem de estudar apenas gostos, modas ou comodidades; precisam recensear, coordenar e explicar regras de disposição ou uso, imposições e proibições, tolerâncias e transgressões; não devem recensear “imagens” ou traços consuetudinários, mas relações e valores; essa é a condição preliminar de toda relação entre vestuário e história, pois precisamente essas correlações normativas são, em última instância, veículos de significação.⁴

O historiador Daniel Roche, que também proporcionou contribuições na compreensão da produção do conhecimento histórico sobre o vestuário, aborda a relação entre o indivíduo vestido e a sociedade, e como o código do vestir pode ser medido nas grandes mudanças que afetam o sistema indumentário, e, por comparação, nas possibilidades de difusão e recepção. O vestuário indica inclusão e exclusão, hierarquia, imitação, distinção, gosto pessoal, entre diversos outros elementos, logo, é um caminho privilegiado para se ler a sociedade⁵.

Roche ressalta que o estudo das roupas não pode se dissociar da história econômica, da produção e desenvolvimento de diferentes tipos de tecidos e das relações entre consumo e mercado.

A partir da segunda metade do século XX, ampliou-se a noção de objetos e temas no campo historiográfico, através das contribuições da denominada “História Nova,” proposta pela historiografia francesa da Escola dos *Annales*.⁶

A partir da “Nova História” francesa, se delineia a noção de “cultura material”, conceito antropológico, que permite aos historiadores de qualquer período ou da área cultural, ligar entre si alguns fatos considerados marginais em relação ao essencial – o político, o

3. DEBOM, Paulo. A moda e o vestuário como objetos de estudo na História. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Santa Catarina, nº 3, v.3, p.13-26, out.2019- jan.2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/Ensinarmode>. Acessado em: 06/10/2019. O historiador Paulo Debom possui um vasto trabalho na análise crítica da história do vestuário. No decorrer do século XIX há diversos estudos que contribuem a respeito da dimensão social das vestimentas, como Herbert Spencer, Gabriel Tarde, Thorstein Veblen e Georg Simmel, já no século XX há as contribuições de Walter Benjamin e Pierre Bourdieu. A fim de não estender a pesquisa de tal temática, nos deteremos na análise de alguns estudiosos.

4. BARTHES, Roland. Inéditos, vol.3: imagem e moda. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.p. 266.

5. ROCHE, Daniel. A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.p. 59.

6.Nesse sentido a perspectiva plural proposta pela História Cultural, possibilita a construção de caminhos alternativos para a investigação histórica, bem como a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação e mesmo do conflito social.

religioso, o social, o econômico.

Jacques Le Goff se preocupava com a dinâmica cultural na história, enfatizando que “a memória coletiva e o cotidiano das pessoas também são História, perceptíveis através de documentos escritos e não escritos”⁷.

A respeito do conceito de memória, Le Goff estabelece que a mesma tem como propriedade conservar certas informações em conjunto com funções psíquicas utilizadas pelos homens, e além disso, a memória é um elemento essencial na construção da identidade dos indivíduos e também um objeto de poder entre diferentes segmentos sociais. É necessário ressaltar que o tempo da memória é o da continuidade, através de um acesso direto, já o tempo da história é o da descontinuidade, com um acesso do passado através de vestígios.

O vestuário e mais precisamente a indumentária “é um patrimônio cultural que rememora aspectos da sociedade na qual estava inserida”, como nos lembra a historiadora Camila Silva, “a indumentária encontra-se na intermediação entre a memória individual, do sujeito detentor ou criador de uma peça, e a memória coletiva”⁸.

O historiador francês Fernand Braudel da terceira geração dos *Annales*, que contribuiu para uma perspectiva de diálogo interdisciplinar com outras áreas, situou o vestuário como uma fonte histórica, quando tratou dos costumes da sociedade europeia dos séculos XV ao XVIII: “A história do vestuário é menos anedótica do que parece. Ela coloca todos os problemas: o das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais.”⁹

A socióloga italiana Daniela Calanca trata que analisar as mudanças históricas dos indivíduos por esse viés, propicia um profundo diálogo entre a sociologia do vestuário e história no uso da indumentária como objeto de pesquisa.

Calanca ao estabelecer a moda e costume (escala de valores aos quais os membros de um determinado contexto histórico-social buscam assemelhar-se) na sociologia e na historiografia, apresenta uma linha temática sobre o estudo do vestuário, a partir das análises de Roland Barthes, e de Fernand Braudel, nos anos de 1970, e se delimita em três pontos:

1. Os usos e costumes do vestir são dados de observação privilegiada para estudar a confluência de numerosos fatores, como a ligação contínua entre o desenrolar da história das ideias e aquela do pensamento econômico; a relação entre as mudanças de gosto, analisadas do ponto de vista antropológico, e a incidência do progresso científico: o mecanismo de influência que caracteriza a atual relação entre *mass media* e consumidores.

2. A história do vestuário não é um simples inventário de imagens, mas um espelho

7. LE GOFF, J. História. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p.22.

8. SILVA, Camila Borges da. A indumentária no museu: algumas considerações sobre memória e patrimônio. In: BORGES, Camila. MONTELEONE, Joana. DEBOM, Paulo. (Orgs.) A história na moda, a moda na história. São Paulo: Alameda, 2019. p.304.

9. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo - Séculos XV-XVIII: As estruturas do cotidiano. Volume 1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005. p. 281.

do articulado entrelaçamento dos fenômenos socioeconômicos, políticos, culturais e de costume que caracterizam uma determinada época;

3. A história da indumentária coloca uma ampla série de temas, das matérias-primas e das técnicas de produção ao problema dos custos, das hierarquias sociais, das modas e, em um plano mais geral, aos cuidados que se tem com o próprio corpo e à maior ou menor importância atribuída no curso dos séculos às relações interpessoais e sexuais¹⁰.

O estudo do vestuário traz várias oportunidades de discussão sobre os tipos de tecidos utilizados, a produção, lucro e formas de trabalho, além do processo e distribuição das roupas em várias regiões, o consumo e a difusão em diferentes grupos sociais ao longo do tempo.

O VESTUÁRIO NA SOCIEDADE BRASILEIRA OITOCENTISTA: ELITES E SUBALTERNIZADOS

Devido ao marco temporal da pesquisa ser o século XIX faz-se necessário especificar alguns autores que analisam tal período, um deles é da socióloga Gilda de Mello e Souza, que teve seu trabalho como pioneiro na academia brasileira com um estudo dedicado exclusivamente à indumentária oitocentista, no qual esta passou a ditar gostos particulares, por meio das formas, dos tecidos, das cores, das relações de sociabilidade, da distinção social, das representações artísticas e dos estudos de gênero.

Souza atesta que o século XIX acentuará um antagonismo entre homens e mulheres, principalmente das elites, tendo o traje feminino se tornado mais complexo e limitador, e o traje masculino se tornado mais sóbrio¹¹. Perpassa por diferentes áreas em sua análise, como Sociologia, Artes e literatura, e sua contribuição acadêmica se tornou uma referência na historiografia brasileira.

Outra contribuição sobre o vestuário no Brasil do século XIX foi da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, que relata a relevância da chegada da Corte portuguesa em nosso território, como um elemento de grande mudança na produção de tecidos e no consumo dos indivíduos.

No século XVIII a rainha Maria I havia proibido a fabricação de tecidos no Brasil que pudessem competir com Portugal e debilitando a manufatura de roupas de moda localmente: a vinda da família Real será um avanço nesse sentido, o que permitirá o desenvolvimento de tecelagens e confecções no início do século XX, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro¹².

10. CALANCA, Daniela. História Social da Moda. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. p. 27.

11. SOUZA, Gilda de Mello. O espírito das roupas: moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.60.

12. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Vida privada e cotidiano na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993. Na Baixa Idade Média as leis suntuárias regulavam a respeito da manutenção das distinções do vestir entre os estratos sociais. No Antigo Regime a roupa significou um instrumento de regulação política, social e econômica. A aristocracia possuía o direito ao luxo de tecidos evitando ser confundida visualmente com outras camadas. Após a Revolução Francesa, motivados pelo ideal de igualdade, os franceses aprovaram um decreto em 1793 declarando que ninguém de qualquer sexo poderia constranger nenhum cidadão a se vestir de uma maneira específica. No Brasil do século XIX marcado pela esca-

A também historiadora Maria do Carmo Rainho também estabelece a chegada da Corte Portuguesa como um fato histórico que mobilizou várias mudanças no espaço urbano, nos costumes e nos hábitos da sociedade, e como o vestuário foi um elemento presente na imprensa, no incremento da vida pública através de bailes e festas, no consumo das idas as boutiques de roupas, geralmente francesas, e das confeitarias.

Para tais constatações, Rainho utiliza como fontes de época os manuais de civilidade, os periódicos de Moda e teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Os membros da chamada “boa sociedade” tiveram que se adequar e transformar seus costumes no que diz respeito ao vestir, se portar e consumir, a um padrão europeu, tido como sinônimo de bom gosto, principalmente as mulheres casadas das elites que passaram a externalizar o patrimônio dos seus maridos, tanto no vestuário como no conhecimento da etiqueta europeia, e nesse sentido estabeleciam uma percepção de civilidade na depreciação das formas de vestir que identificassem resquícios de índios ou negros¹³, nos hábitos tidos como simples e menos sofisticados.

Houve um estabelecimento de uma “sociedade de Corte” na cidade do Rio de Janeiro, ao alterar hábitos culturais e de consumo da elite brasileira, além de um fortalecimento dessa parcela situada no Centro–Sul¹⁴.

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, surge jornais e revistas especializadas no vestuário e também no viver em sociedade. Anúncios franceses abordavam a “modernidade”, a renovação da moda, o que nos mostra um paradoxo de uma sociedade que valorizava a tradição, porém a moda e as roupas traziam a ideia de “novidade” nos costumes do cotidiano, tal aspecto era evidenciado no consumo das elites femininas, e em suas tímidas inserções no espaço urbano, mesmo o vestuário adotado por estas ter sofrido críticas por religiosos, médicos e jornalistas, se tornaram importantes referências na compreensão das relações sociais do período.

Segundo a historiadora Armelle Anders em sua análise do Rio de Janeiro do século XIX, a Rua do Ouvidor era considerada sinônimo de luxo de artigos de Paris, a elite carioca poderia vestir-se e comer à francesa, e também ler e pensar em francês. Aos olhos dos brasileiros essa rua representaria um canal de civilização para o país¹⁵.

Joana Monteleone historiadora cultural atesta as mudanças nas atitudes das mulheres das camadas mais elevadas em relação às mercadorias e ao espaço social que passaram a ocupar na cidade durante o período oitocentista, além de novas atividades urbanas para as mulheres: vendedoras, costureiras, garçonetes, secretárias, entre outros. Para

vidão, as práticas de distinção do Antigo Regime, ainda se farão presentes no cotidiano e no vestuário das elites.

13. RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções. Rio de Janeiro século XIX. 2002. A obra da autora irá fundamentar a análise do projeto, por tratar do corte temporal e das especificidades sociais do Rio de Janeiro a época.

14. Na Corte real francesa, que serviu de modelo para as demais cortes europeias, alguém que não pudesse mostrar-se de acordo com seu nível perdia o respeito da sociedade e permanecia atrás dos seus concorrentes, numa disputa incessante por status e prestígio, ver Norbert Elias, *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

15. ENDERS, Armelle. A História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

Monteleone o vestuário tinha grande relevância entre as mulheres da elite brasileira, pois saber comprar e usar trajes em diferentes ocasiões era um fator de distinção social.¹⁶

A sociedade imperial se configurava em hierarquias e exclusões que foram construídas durante trezentos anos de colonização, além de expressar a importância do sistema escravista. A combinação de liberdade e propriedade, além da imagem do fenótipo europeu, servia para criar um “sentimento aristocrático”, pois a combinação de condições sociais e matrizes raciais, não apenas hierarquizava os estratos sociais, como definia papéis no interior da “boa sociedade”, como atesta o historiador Ilmar Rohloff.¹⁷

A fim de que os discentes compreendam de forma mais ampla a respeito da sociedade brasileira oitocentista, se faz necessário abordar como segmentos excluídos e subalternizados também construíam suas identidades a partir do vestuário, pesquisas historiográficas recentes nos asseguram uma possibilidade de entendimento do período.

Nesse sentido, a compreensão de tal perspectiva possibilita um vislumbre de como as distinções se passavam no consumo dos grupos de uma sociedade marcada pela escravidão¹⁸. Mesmo em um contexto social estratificado e sob os moldes do Antigo Regime, os subalternizados externalizavam suas identidades no seu vestuário, apresentando desvios dos padrões europeus do período.

A maioria dos indivíduos não tinham condições econômicas de se vestirem de forma opulenta como as elites, com roupas vindas da Europa, principalmente da França para o público feminino, e da Inglaterra para o público masculino, tal fato não se mostrou um obstáculo intransponível no sentido do uso do vestuário como um elemento de ressignificação social.

A respeito do vestuário como elemento para manter ou subverter fronteiras simbólicas, a socióloga Diana Crane estabelece como este serviria de indicativo para as pessoas, em diferentes épocas, veem sua posição nas estruturas sociais e negociam as fronteiras de *status*¹⁹.

Apesar de abordar a escolha do vestuário nas sociedades norte-americanas, francesas e inglesas, durante os séculos XIX e XX, Crane apresenta como tais escolhas refletem as formas com que membros de diversos níveis sociais veem a si mesmos, em relação aos valores dominantes, e também qual era a relação das classes subalternizadas com as transformações culturais da indumentária, além dos padrões das elites.

A fim de compreender de forma mais ampla a respeito das estratificações sociais

16. MONTELEONE, Joana. Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889). Revista de História, São Paulo, nº 178, p.1-34, maio 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/137842>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

17. MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. In: O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (Orgs.) 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

18. O sociólogo Pierre Bourdieu assegura que o espaço social e suas diferenças tende a desenhar simbolicamente grupos com estilos de vida diversos. O conceito de distinção é uma diferença na estrutura do espaço social, percebida de acordo com essa estrutura, além de ser um agente dotado de categorias de percepção, se manifestando como uma diferença reconhecida e legitimada como tal.

19. CRANE, Diana. A Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Editora Senac, 2013.

materializadas no vestuário do Brasil do século XIX, deve-se tratar sobre os indivíduos que não faziam parte da “boa sociedade”.

Em sua tese de Doutorado, a historiadora Patricia March de Souza relata que de acordo com a linha de raciocínio do antropólogo Marshall Sahlins, no âmbito material e simbólico, itens de vestuário podem demarcar noções básicas de tempo, lugar e pessoa.

Souza pontua que a cidade do Rio de Janeiro foi a principal porta de entrada de escravizados africanos não só para a Corte, mas também para o interior da Corte, Minas Gerais e São Paulo, e se caracterizou como a maior concentração urbana de escravizados no Brasil oitocentista.

As possibilidades de acesso das escravizadas a itens de vestuário, joias e acessórios, dependeriam, principalmente, da condição econômica de seus senhores e do tipo de função desempenhado junto à família senhorial:

Enquanto propriedade, os escravos estavam submetidos não só à sua exibição pública enquanto bens materiais do patrimônio senhorial, mas também a exibição da sua qualidade enquanto escravo na hierarquia da escravidão, estabelecida de acordo com as atividades desempenhadas, que, por sua vez, era definida pela idade, cor, origem, habilidade e também pela aparência. Em relação à aparência, os escravos destinados ao convívio mais íntimo da família se vestiam de forma melhor do que outros (menos pela necessidade dos escravos do que pelo reflexo da condição econômica e social da família)²⁰.

As relações entre senhores e escravizados na sociedade brasileira do século XIX giravam em torno de três eixos: o doméstico, com acesso à alforria, as práticas de compra e venda e nas relações senhoriais e a atuação do poder público²¹.

É necessário ressaltar que o vestuário dos escravizados nas áreas rurais estava sujeito às intempéries do clima, e também às duras condições de trabalho no campo, o que resultava em vestes desgastadas com o tempo.

A pesquisadora Ana Carolina de Santana Custódio nos relata que o acessório utilizado na cabeça por escravizadas, denominado “*torço*” era um elemento “individualizador” da vestimenta negra no Brasil durante o século XIX. Representava um importante papel, seja por razão nacional, religiosa ou regional e consistia em “um triângulo de pano cuja base cingia a circunferência da cabeça, feito normalmente de linho, algodão e seda, podendo apresentar bordados, cores lisas ou padrões geométricos realizados a partir de tecelagem ou de estamparia”²².

O uso do conjunto formado por camisa, saia e lenço amarrado na cabeça mostrava

20. SOUZA, Patricia March de. *Visualidade da Escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro, 2011, 263p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17541/17541_1.PDF. Acesso em: 24 de junho de 2019.p.109.

21. CHALHOUB, Sidney. *População e Sociedade*. In: *A construção nacional: 1830-1889*, vol.2. CARVALHO, José Murilo de. (Coord.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2).

22. CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. *Vestir e Marcar: a construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – Século XIX*. 2015.177f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4748>. Acesso em: 24 de junho de 2019.p. 47.

visualmente o quanto essa mulher estava inserida em um sistema que vestia e marcava a escravização, além disso, aparecer descalça desde a Roma antiga era um dos traços distintivos dos escravizados, e um signo da condição social de tais indivíduos na sociedade da época.

O USO DO VESTUÁRIO COMO FONTE HISTÓRICA EM SALA DE AULA

A análise do vestuário como fonte histórica, ainda é pouco considerada no meio acadêmico, muitas vezes atrelado à percepção de banalidade ou frivolidade, como expõe Roland Barthes.²³ O estudo busca incentivar o uso de tal fonte como uma ferramenta pedagógica pelo docente em sala de aula, a fim de suscitar o interesse dos discentes na disciplina de História, mediante sua possibilidade como fonte imagética de época.

A utilização de tal fonte poderá disponibilizar uma percepção mais ampla da sociedade do século XIX, com suas singularidades pautadas pela escravidão e hierarquizações, não abordando apenas como as elites brasileiras e europeias se vestiam à época, o que possui ampla documentação, mas compreender o vestuário como um elemento que marcava o papel dos indivíduos, e seus ressignificados por escravizados e libertos, a fim de externalizarem suas ancestralidades e identidades, o que se apresenta com pesquisas históricas ainda recentes.

Diante de tais constatações, a principal questão é como utilizar tal elemento em sala de aula no Ensino Médio, fato esse ainda não apreciado no ensino de História, até o presente momento. As possibilidades são variadas, visita a museus locais, *blog*, criação de vídeos, ou de um material pedagógico a ser utilizado pelo professor, porém a proposta se baseia na sugestão de uma oficina a ser realizada em sala de aula.

Como ponto de partida, mediante uma pesquisa prévia a respeito da época, o docente elaborará através de uma seleção de imagens datadas a partir de 1840, pois temos o início de revistas que tratam do vestuário europeu no Brasil, e litografias, pinturas e fotografias produzidas por artistas europeus, que nos possibilitam um vislumbre dos hábitos e costumes da sociedade até o final do século XIX.

Tais imagens são facilmente encontradas em *sites* e livros, que demonstrem os indivíduos retratados, das elites urbanas, aos indivíduos subalternizados, qual seja, escravizados e libertos e suas singularidades.

O docente dividirá a sala em grupos e distribuirá as imagens contendo diferentes grupos sociais, inicialmente instigando os discentes a respeito das suas impressões de tais imagens: quem seriam aqueles indivíduos, quais grupos sociais pertenciam, porque se vestiam de forma diferente uns dos outros, e a produção de tais imagens, quem e

23. BARTHES, Roland. Inéditos, vol.3: imagem e moda. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Apesar de tal constatação houve um aumento dessa temática no número de pesquisas a partir dos anos de 1990 no Brasil, um exemplo são as publicações da Revista de História da USP, na seção Moda Manifesto que traz vários artigos acadêmicos que analisam o vestuário e suas especificidades sob um olhar historiográfico.

porque as produziram.

É necessário tratar que nem todos os indivíduos tinham condições de consumir a “moda” europeia, algo estrito às elites, em uma sociedade marcada por uma ampla população escravizada, que distinguia os indivíduos pela cor e condição social. Pelas imagens a serem analisadas, pretende-se demonstrar aos discentes, que havia uma valorização por parte de indivíduos escravizados e libertos, de suas culturas ancestrais, com estampas, bordados e acessórios, mas também uma percepção particular dos artistas, fotógrafos e viajantes europeus sobre a sociedade da época.

As imagens produzidas por europeus, não devem ser pautadas como uma verdade sobre o período, mas compreender que estes analisavam a sociedade de acordo com seus padrões, tanto no sentido de demonstrar um exotismo local, como algo distante dos seus costumes, tendo um mercado consumidor para tais apreciações estéticas de locais distantes da Europa, e a percepção negativa de uma sociedade miscigenada na América.

O historiador Paulo Knauss, que possui um amplo trabalho a respeito do uso de fontes imagéticas na área de História, analisa que o século XIX foi o tempo do jornal, do romance, e a cultura seria mais pensada como visual. Knauss afirma que a historiografia contemporânea modificou sua forma de analisar e utilizar as fontes visuais:

(...) a pesquisa histórica desprezou as imagens, e a possibilidade de usá-las como provas não favoreceram a sua valorização pela historiografia, mas remetendo-as quando não se evidenciavam fontes escritas suficientes, como no estudo da Antiguidade.

(...) com o estudo da história das representações, da história do imaginário, da antropologia histórica e da história cultural se impôs uma revisão da definição de documento e a revalorização das imagens como fontes de representações sociais e culturais²⁴.

O historiador Eduardo França Paiva que possui ampla pesquisa na área de iconografia e história nos assegura que o uso de imagens possibilita várias interpretações sobre a sociedade de uma determinada época, e requer do historiador uma interpretação crítica, pois todo documento possui uma intencionalidade.

Lidar com essa diversidade de registros, saber indagá-los e desconstruí-los, saber contextualizá-los e explorá-los (...) apropriamo-nos criticamente deles e usá-los metodologicamente: esses são os procedimentos básicos do historiador e isso é o que deveria ocorrer nas salas de aula desde o ensino fundamental.²⁵

A historiadora de ensino de História Circe Bittencourt atesta que o uso de imagens de época, como fonte de pesquisa no ensino de história, requer dos professores um tratamento metodológico adequado, a fim de não ser um elemento meramente ilustrativo das aulas.²⁶

A fim de contribuir sobre o debate da época, uma possibilidade é utilizar os relatos

24. KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Revista Anos 90, Porto Alegre, nº 28, v.15, p.151-168, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7964>. Acesso em: 24 de junho de 2019. p.152 – 153.

25. PAIVA, E. F. História e imagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.p.13.

26. BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

de viajantes estrangeiros a respeito dos costumes da sociedade carioca do século XIX²⁷.

Por fim, o papel do docente é proporcionar aos discentes se reconhecerem como sujeitos históricos, ao interpretarem temporalidades pretéritas e refletirem sobre as circunstâncias de suas vivências atuais, sendo capazes de delinear suas identidades, através da base de experiências que tiveram acesso do passado²⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos que há uma variedade de publicações a respeito do vestuário das elites europeias e cariocas no século XIX, mas faz-se necessário ressaltar as recentes publicações que buscam preencher as lacunas a respeito das representações do vestir dos indivíduos subalternizados, tanto escravizados como libertos, e também a exiguidade do uso de tal fonte na prática da pesquisa escolar, o que possibilitaria uma compreensão lúdica e incomum do conteúdo histórico da época.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Inéditos, vol.3: imagem e moda*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.p. 360.

BORGES, Camila. MONTELEONE, Joana. DEBOM, Paulo. (Orgs.) *A história na moda, a moda na história*. São Paulo: Alameda, 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo - Séculos XV-XVIII: As estruturas do cotidiano*. Volume 1. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

CALANCA, Daniela. *História Social da Moda*. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. (Coord.) *A construção nacional: 1830-1889, vol.2*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2).

CRANE, Diana. *A Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac, 2013.

CUSTÓDIO, Ana Carolina de Santana. “Capítulo II Mantenha a Pose!” In: *Vestir e Marcar: a construção visual da vestimenta das mulheres escravizadas no Brasil Imperial – Século XIX*. 2015.177f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4748>. Acesso em: 24 de junho de 2019.p.47.

27. O uso de relatos de viajantes estrangeiros serviria para endossar a percepção visual do período, havia análises a respeito do vestuário e hábitos de homens e mulheres, livres e escravizados, o que poderia ser uma opção ao docente em compelir os discentes na interpretação de textos de época, como os de John Luccock, o abade LaCaille, Theodor Leithold.

28. O docente deve perceber que a noção de temporalidade histórica, se dá através dos elementos que a cultura proporciona no desenvolvimento cognitivo dos discentes, tal aspecto se relaciona a ideia de Vygotsky, no qual o desenvolvimento cultural se dá em primeiro plano no aspecto social, e depois no aspecto individual.

DEBOM, Paulo. *A moda e o vestuário como objetos de estudo na História*. Revista de Ensino em Artes, Moda e Design, Santa Catarina, nº 3, v.3, p.13-26, out.2019- jan.2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/Ensinarmode>. Acesso em: 06/10/2019.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Revista Anos 90, Porto Alegre, nº 28, v.15, p.151-168, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7964>. Acesso em: 24 de junho de 2019.

LE GOFF, J. História. In: História e Memória. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.2, nº.2, jan/dez 1994, pp.9-42, p. 12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 06/10/2019.

MONTELEONE, Joana. *Moda, consumo e gênero na corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889)*. Revista de História, São Paulo, nº 178, p.1-34, maio 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/137842>. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

PAIVA, E. F. *História e imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RAINHO, Maria do Carmo. *A Cidade e a Moda*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII – XVIII)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SAHLINS, Marshall. Notas sobre o sistema do vestuário americano. In: *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 199-225.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Patricia March de. Capítulo III O escravo vestido: representações das formas de vestir da escravidão. In: *Visualidade da Escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*. Rio de Janeiro, 2011, 263p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17541/17541_1.PDF. Acesso em: 24 de junho de 2019. p.109.

VOLPI, Maria Cristina. *Estilo urbano: modos de vestir na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Membro do Colegiado e do NDE. Presidente da Comissão de Legislação e Normas. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, tendo como foco a História Local, Regional e História das Instituições Escolares. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Membro do Colegiado e do NDE. Presidente da Comissão de Legislação e Normas. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPA-UFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, tendo como foco a História Local, Regional e História das Instituições Escolares. E-mail: williandouglas@uft.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3996555421882005>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 103, 146, 163, 201

Afrocentricidade 87

Aldeamentos 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32

Analogia sabática 33, 34, 35

C

Campo religioso 57, 58

Candomblé 58, 65, 70, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 93, 97

Caudilhos 113, 120

Colonialidade 21, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 83, 84, 85

Cristo 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62

D

Decolonialidade 70, 72, 73, 79, 84

Discursos políticos 124

Diversidade 30, 49, 57, 77, 79, 82, 83, 96, 97, 146, 151, 153, 155, 161, 178, 198

E

Educação 1, 14, 20, 33, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 77, 78, 84, 87, 95, 97, 164, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 187, 188, 189, 201

Educação Histórica 45, 49, 174, 175, 176, 178, 181, 187, 188

Ensino de História 45, 56, 188, 189, 198

Ensino religioso 45, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55

Eric Hobsbawm 136, 137

Escravidão 22, 23, 24, 28, 29, 30

F

Força 22, 28, 29, 46, 50, 54, 57, 59, 77, 90, 102, 110, 125, 141, 180, 184, 187

Fronteiras 78, 79, 83, 112, 113, 115, 122, 131, 133, 134, 188, 195

G

Governo 17, 18, 26, 58, 59, 124, 125, 126, 130, 131, 180, 183, 184, 185

Guerra 2, 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 47, 48, 59, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 131, 133, 134, 150, 156

H

História da América Latina 13

História do Tempo Presente 13, 79

I

Identidade 14, 15, 16, 19, 20, 22, 30, 31, 50, 52, 76, 80, 91, 93, 109, 113, 115, 122, 138, 143, 144, 165, 168, 192, 195, 199

Ideologia 48, 50, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Indígena 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 96, 165, 166, 171

Irmandades 63, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 112

J

Jogos de Escalas 98, 101

M

Machado de Assis 57, 58, 67

Movimentos Sociais 13, 21, 73, 103

N

Nação 16, 19, 35, 89, 110, 122, 128, 129, 136, 138, 142, 143, 151, 196, 199

Nacionalismos 136, 142

Negras 65, 72, 87, 93, 94, 97, 98, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

P

Província 113, 114, 118

R

Religiosidades 53, 57, 67, 86, 90

Republicanos liberais 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 135

S

Sábado 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 148

T

Território 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 91, 104, 119, 125, 167, 193

Tradição inventada 136, 137, 142

Transgeracionalidade 87, 92

Z

Zapatismo 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0